

diário - Brasil

15 AGO 2001

JORNAL DO BRASIL

Malan perde a fleuma ao explicar acordo

RODRIGO ROSA

BRASÍLIA – Em debate tenso ontem à noite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixou claro que, sem a aprovação da emenda constitucional que taxa os inativos, a questão do déficit da previdência não será resolvida. Malan citou que o déficit da previdência pública é de R\$ 40 bilhões. Além disso, outros R\$ 10 bilhões referentes ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), que paga as aposentadorias do setor privado. O déficit total chega a R\$ 50 bilhões.

Os senadores não gostaram do que ouviram e apreensivos ao quando o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcius Tavares, disse que governo até agora não tem “nenhuma proposta para o reajuste dos servidores”. Tavares apenas confirmou que o Executivo vai cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder o reajuste. “Não sabemos como faremos o reajuste”, reiterou.

Subserviência – Os senadores questionaram o que chamaram

de “subserviência” do governo às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). “É uma visão alienígena, equivocada, de quem não participa do processo dizer que o Brasil é submisso ao FMI”. Malan garantiu não ter pretensões políticas. Nunca serei candidato a presidente da República”. O ministro defendeu com vigor a política econômica do governo. “Defendo o governo e cobro, sim, coerência dos partidos de oposição”, contou.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) acusou o governo FH, responsabilizando-o pelo aumento da participação da dívida pública no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1994, essa participação era de 29% e passou para 51% em junho último. Malan rebateu dizendo que 40% desse crescimento se deve ao reconhecimento dos “esqueletos” de estados e municípios (créditos contraídos e não honrados), pela União, livrando-os de dívidas impagáveis.

O que mais irritou Malan, contudo, foi a proposta velada dos partidos de oposição de uma moratória das dívidas interna e externa. Essa proposta foi defendida,

em momentos diferentes, pelo PT e pelo candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, que quer o alongamento compulsório dos prazos de pagamento da dívida. “Se fosse fácil seria apenas dar um calote de tempo em tempo”, assinalou um irritado Malan. Com relação à dívida externa, hoje em US\$ 239 bilhões, o ministro explicou que do total, US\$ 140 bilhões são privados, de grandes empresas nacionais e internacionais.

Em suas intervenções, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, limitou-se a dizer que a turbulência é “passageira” e o Brasil deverá recuperar a trajetória do crescimento no médio prazo. Para ele, o acordo com o Fundo foi necessário para preservar o crédito ao país e com ele ter maiores condições de crescimento e de sair mais rápido da crise.

Malan negou as acusações de que o governo haveria se comprometido com FMI a privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, colocadas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). O ministro reiterou que isto está completamente descartado pelo governo.